



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Vitória da Silva Augusti

**Empoderamento de Meninas para Defesa dos Direitos e Equidade de Gênero: Intervenção
em Grupo**

Monografia

São Carlos
2019

Vitória da Silva Augusti

**Empoderamento de Meninas para Defesa dos Direitos e Equidade de Gênero: Intervenção
em Grupo**

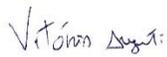
Monografia apresentada a Coordenação do
Curso de Bacharelado em Psicologia da
Universidade Federal de São Carlos como
parte dos requisitos necessários à obtenção
do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Dra. Sabrina Mazzo
D’Affonseca

São Carlos

2019

Assinaturas:



Vitória da Silva Augusti



Sabrina Mazo D'Afonseca

São Carlos

2019

“Mas vocês, estudantes de todo o mundo, jamais se esqueçam de que por trás de cada técnica há alguém que a empunha e que esse alguém é uma sociedade e que se está a favor ou contra essa sociedade. Que no mundo há os que pensam que a exploração é boa e os que pensam que a exploração é ruim e que é preciso acabar com ela. E que mesmo quando não se fala de política em lugar nenhum, o homem político não renunciar a essa situação imanente à sua condição de ser humano. E que a técnica é uma arma e que quem sinta que o mundo não é tão perfeito quanto deveria ser deve lutar para que a arma da técnica seja posta a serviço da sociedade, e antes, por isso, resgatar a sociedade, para que toda técnica sirva à maior quantidade possível de seres humanos, e para que possamos construir a sociedade do futuro – qualquer que seja seu nome -, essa sociedade com a qual sonhamos e que chamamos, como lhe chamou o fundador do socialismo científico, ‘o comunismo’”

Ernesto Guevara de la Serna

Empoderamento de meninas para defesa dos direitos e da equidade de gênero: Intervenção em Grupo

Resumo

O empoderamento é uma mudança na experiência de poder alcançada por um indivíduo na sua interação com o mundo social, o presente estudo realizará uma intervenção em grupo com meninas visando o empoderamento em seus diversos âmbitos. Participaram 11 meninas em um grupo piloto e 6 meninas no grupo experimental, com idade entre dez e doze anos. Para avaliar a eficácia da intervenção foram investigadas as diferenças das respostas nos instrumentos aplicados antes e após a intervenção e as falas das meninas durante os encontros. Dessa forma, objetiva-se avaliar os efeitos de uma intervenção voltada ao empoderamento, conscientização e aumento de repertórios de meninas baseado em temas considerados relevantes na literatura. Em conclusão, os resultados sugerem que a intervenção foi eficaz para o acesso a informação no que se refere aos direitos da criança e adolescente, sexuais e reprodutivos das meninas, assim como, para o debate sobre as questões de gênero.

Palavras-chave: empoderamento, intervenção em grupo, direitos humanos;

Abstract

Empowerment is a change in the experience of power achieved by an individual in their interaction with the social world, the present study will perform a group intervention with girls aiming at empowerment in their diverse values. The participants were eleven girls in the first group and six girls in the second group, aged between 10 and 12 years old. To evaluate the effectiveness of the intervention the response measures of the instruments applied before and after the intervention will be compared, also the girls' speeches during the encounters will be analysed. Thus, it aims to evaluate the effects of an intervention aimed at empowering, raising awareness and increasing repertoires of sources in question. In conclusion, the results suggest that the intervention was effective to provide information about children's and teenagers rights, sexual and reproductive rights of girls, also, promoting the debate about gender.

Key words: empowerment, group intervention, human rights;

Nascer menina em nossa sociedade aumenta consideravelmente o risco de vitimização ao longo do ciclo vital. Nos últimos anos as notícias de violência contra meninas e mulheres, feminicídios, assédio sexual em transportes públicos e relacionamentos abusivos, tem tornado mais visível a vulnerabilidade das mulheres. Para prevenir tais situações, é necessário a tomada de ações em diferentes âmbitos. O presente projeto pretende contribuir para a prevenção da violência de gênero ao avaliar os efeitos de uma intervenção reflexiva em grupo para meninas pré-adolescentes. Espera-se que ao intervir por meio de atividades que visem o aumento do repertório de habilidades sociais, e ao debater sexualidade, violência no namoro, papéis de gênero e autocuidado, as meninas estejam mais empoderadas para reafirmar seus direitos, apresentem índices mais elevados de autoestima e concepções de gênero mais flexíveis.

O que é gênero?

Gênero é o termo cunhado pelas ciências sociais que permite a análise e descrição da realidade social e as relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Dessa forma, é possível compreender como as construções sociais utilizam as diferenças sexuais para manter a atribuição de características específicas esperadas dos indivíduos, conforme seu gênero. A soma destas características corresponde aos papéis de gênero valorizados nas esferas políticas, sociais e culturais. (ONU Mulheres, Brasil, 2014).

No presente estudo parte-se da premissa de que papéis de gênero são comportamentos aprendidos previstos para homens ou mulheres, a emissão de tais comportamentos é influenciada pela idade, classe social, raça, etnia, sistema político e aspectos culturais. Com isso, pode-se dizer que os papéis de gênero passam por alterações conforme as circunstâncias econômicas ou políticas, por exemplo, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho formal, um acontecimento necessário para a indústria e economia, quebrou paradigmas referentes ao papel da mulher nesse contexto. (ONU Mulheres, Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, 2016)

Para compreender as relações familiares, comunitárias e sociais que mantêm a manutenção da ideologia de gênero, criou-se o “modelo ecológico feminista”. Nesse modelo, observa-se o nível social, que engloba as atitudes, crenças e representações culturais; o comunitário, contempla os fatores que afetam os ambientes (dicotomia público/privado, afirmação da identidade de grupo); o relacional, referente a organização familiar, por exemplo; e

o nível individual, que implica no rompimento dos estereótipos pessoais. (Brasil, 2014)

Além da observação dos papéis de gênero e as relações interpessoais e comunitárias, no decorrer dos anos 1990, ampliou-se o debate sobre a necessidade de analisar o entrecruzamento entre gênero e outras características que formam as identidades sociais e políticas de homens e mulheres, permitindo, dessa forma, a identificação de demandas específicas desses recortes. Cada uma dessas características influencia o acesso à justiça e direitos para as mulheres, assim como, contribuem para o agravamento das condições de vulnerabilidade. (CEPIA, 2013, ONU Mulheres, Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. 2016)

Nesse sentido, autores defendem que nascer menina em nossa sociedade é um fator de risco fundamental para diversos tipos de violência, o que se agrava continuamente devido a etnia, idade, instrução, renda, classe socioeconômica, deficiência, religião, orientação sexual e identidade de gênero. É importante ressaltar que a violência contra meninas e mulheres engloba todo ato de violência física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças. (Ministério da Saúde, 1998; Michau, Horn, Bank, Dutt e Zimmerman, 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Datafolha, 2017)

Violência contra a mulher

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Datafolha (2017), 70% (setenta por cento) das mulheres já vivenciaram assédio em espaços públicos, o dado revela o caráter sistêmico da violência contra a mulher e a crença de impunidade por parte dos homens. A naturalização da violência contra a mulher mantém a violência no contexto privado e domiciliar, impedindo a discussão sobre o tema e a disseminação da informação para homens e mulheres.

Vale destacar que a violência é um fenômeno de causalidade complexa que envolve fatores sócio históricos, econômicos e culturais. (Minayo, 2005) Nesse sentido para o real exercício da cidadania, ou seja, ações que visem o bem estar coletivo e a defesa dos direitos, é preciso conhecer os desequilíbrios de oportunidades. Para tanto, é necessária a habilidade de enfrentamento e organização coletiva que vise a defesa de objetivos coletivos.

No que se refere a exposição à violência, vivenciar qualquer forma de abuso causa consequências a curto e longo prazo, sendo que a gravidade dos sintomas depende de diferentes aspectos, tais como idade da vítima, fase do desenvolvimento, frequência do abuso, proximidade com o agressor e coocorrência de diferentes tipos de abusos. (Briere e Elliott, 2003; Cohen,

Mannarino e Rogal, 2001; Habigzang e Caminha, 2004; Heflin e Deblin, 1999; Runyon e Kenny, 2002)

Buscando compreender o que torna um indivíduo mais propenso a experienciar uma situação abusiva, ao longo dos anos as pesquisas na área de prevenção de violência tem investigado fatores de risco nos diferentes contextos da interação do indivíduo (individual, familiar, comunitário e social) que o tornam mais vulnerável. Os fatores são, além do gênero, status marital dos pais, não ser criada pelos pais biológicos, vulnerabilidade socioeconômica, pais usuários de substâncias, pais diagnosticados com psicopatologias e/ou com histórico de abusos. Os riscos são ainda maiores para crianças com déficits ou deficiência. (Lutzker, John R. , 2006)

Além dos fatores de risco, isto é, eventos negativos e estressores de vida e que, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais e emocionais, é necessário identificar também as influências que modificam, melhoram, ou alteram a resposta de uma pessoa a algum perigo que predispõe a riscos de desadaptação, ou seja, os fatores de proteção. Dentre eles, destaca-se relações saudáveis de cuidado e afeto da família, repertório de resolução de problemas, rede de apoio social, senso de auto eficácia, resiliência, recursos comunitários e empoderamento. (Lutzker, John R., 2006)

A resiliência tem papel importante para compreender as diferentes estratégias de enfrentamento de situações estressantes, tais como a vivência de uma situação abusiva. De acordo com Rutter (1987) resiliência é a capacidade de enfrentar situações negativas de forma satisfatória buscando alternativas funcionais que tragam menores prejuízos ao indivíduo. Segundo Garmezy (1996), a resiliência pode ser desenvolvida por meio da coesão familiar, a partir do desenvolvimento de repertórios funcionais e o uso de uma rede de apoio operante.

Grande parte dos casos de violência contra crianças e adolescentes advém de relações familiares assimétricas e hierárquicas, o que será encontrado também em outras relações interpessoais que envolvam os adolescentes, principalmente do gênero feminino, dessa forma, a família torna-se essencial para a quebra do ciclo de violência, visto que, é o primeiro sistema de interação do indivíduo. Nesse sistema, cada uma das partes tem uma posição e papéis socialmente definidos que o mantém organizado e funcional, dessa maneira a família é uma instituição que reflete as normas sociais esperadas e reproduz desigualdades e violência. (Gomes, Diniz, Araújo & Coelho, 2007). Estudos focados nas relações familiares demonstram que a

cultura de violência se reflete nesse contexto por meio do abuso físico, emocional e sexual, assim como, negligência e abandono por parte dos pais. (De Antoni, Mesquita & Koller, 1998; Farinatti, 1997)

Segundo o estudo de Avanci, Pinto & Assis (2017) realizado com 4.893 indivíduos em serviços de emergência brasileiros dos quais 26,6% sofreram violência intrafamiliar (40,0% crianças e adolescentes, 57,2% adultos e 2,8% idosos). Respectivamente, as meninas e mulheres podem ser vítimas durante todo o período da vida, refletindo as questões socioculturais de gênero nas quais a mulher faz parte de uma classe inferior quando comparada ao homem; além disso, os autores encontraram que quanto menor a escolaridade da vítima e do agressor, maior a chance de vitimização, visto que, a educação pode promover uma cultura de maior tolerância e respeito aos direitos humanos.

Autores como Gomes, Diniz, Araújo e Coelho (2007) defendem que a família naturaliza a violência contra a mulher na socialização e a reproduz de geração em geração, esse fenômeno se denomina violência intergeracional. Para cessar ou diminuir os danos da violência intergeracional é preciso reestruturar os paradigmas e conceitos que cerceiam nossa cultura, assim como modificar os comportamentos dos indivíduos visando a manutenção de relações saudáveis e equilibradas entre homens e mulheres. Dessa forma, seria possível tornar a violência contra a mulher, em toda sua complexidade, inaceitável, visto que, mulheres e meninas são vítimas de violência em uma relação diretamente proporcional ao número de homens que são violentos. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Datafolha, 2017)

No que se refere especificamente aos papéis de gênero, em muitas culturas o gênero feminino é relacionado à família e a maternidade, enquanto o gênero masculino às esferas públicas e àquele que provê os bens materiais. Essa concepção reflete diretamente nas expectativas de futuro, autoestima e auto-conceito de meninas, visto que, a cultura patriarcal é reproduzida em todos os níveis relacionais, como foi apresentado utilizando o "modelo ecológico feminista". (Narvaz & Koller, 2006) Além disso, percebe-se a transgeracionalidade dos papéis de gênero, visto que, os valores, crenças e modelos comportamentais são passados no núcleo familiar pelos pais para os filhos. (Botton, Cúnico, Barcinski & Stre, 2015)

Conforme o estudo de Vieira et. al (2008), realizado com 20 mulheres com idades entre 23 e 60 anos, observou-se que o senso comum não abrange todas as formas de violência, por

exemplo, as participantes negaram que havia violência entre os familiares, no entanto, foram observados usos de comunicação violenta, tais como jargões e xingamentos. (Vieira et. Al, 2008) Nesse sentido, é preciso reestabelecer as crenças acerca da violência e criar mecanismos para disseminar tais informações, assim como, fortalecer as redes de apoio para que as meninas e mulheres possam falar e se informar sobre o tema.

Dessa forma, faz-se necessário a conscientização da sociedade e o empoderamento de meninas e mulheres por meio de políticas públicas, campanhas e programas voltados à prevenção e intervenção. Para tanto, é preciso identificar as interações entre processos individuais, sociais e políticos, e como tais processos são responsáveis, neste caso, em sustentar a violência contra as mulheres e meninas. (Lori, Horn, Bank, Dutt & Zimmerman, 2015).

Direitos Humanos

Desde a década de 1990, as políticas públicas de saúde voltaram a atenção à saúde do adolescente, buscando intervir nos problemas advindos dessa fase, assim como nos fatores de vulnerabilidade biológica, epidemiológica e social, cuja interação amplia ou reduz o risco ou proteção de um grupo. (Brasil, 2008.)

Nessa perspectiva, o estudo de Antoni e Koller (2001), no qual participaram seis meninas acolhidas em uma Casa de Passagem encaminhadas pelo Conselho Tutelar, demonstrou que a conscientização sobre os direitos permite que as adolescentes construam objetivos que poderão conceber um projeto de vida positivo para seu futuro. Em seu estudo, os temas propostos pelas adolescentes foram: sexualidade, sentimentos e funcionamento do sistema sociopolítico do qual elas faziam parte. É interessante observar a demanda das adolescentes em conhecerem o sistema político, visto que, esse conhecimento é essencial para que afirmem seus direitos.

Além disso, alguns pesquisadores implementaram intervenções para mulheres vítimas de violência para que pudessem refletir sobre a situação experienciada, buscando romper o ciclo da violência e fortalecer o senso de bem-estar pessoal. (Santini, 2011; Pereira, D'affonseca & Williams, 2012, Williams et al, 2010) Verifica-se, portanto, a importância de programas que foquem na promoção de mudanças comportamentais (resiliência, habilidades sociais, resolução de conflitos) para reformular normas instauradas na cultura que mantém a violência contra a mulher naturalizada. (Fergus, 2012; Bandeira et. al, 2012; Sarnquist et al., 2014).

Empoderamento

Marterson e Owen (2006) destacam a importância de empoderar o indivíduo e fazer com que o mesmo exerça tal poder social e politicamente. Para isso, é preciso aumentar o repertório de habilidades, como também conscientizar as mulheres sobre seus direitos e sobre a rede de apoio disponível. O empoderamento é uma mudança significativa na experiência de poder alcançada por meio da interação no mundo social, sendo considerado não somente um resultado alcançado como também todo o processo para alcançá-lo. (Cattaneo e Goodman, 2015).

É importante ressaltar que o empoderamento ocorre em diferentes esferas, por exemplo, empoderar uma mulher em relação a seus relacionamentos afetivos não significa empoderá-la no que se refere aos seus relacionamentos no trabalho, dessa forma, é preciso avaliar as demandas apresentadas pelo indivíduo e estabelecer metas e submetas, assim como um projeto de ações para alcançá-las. Utiliza-se, para tanto, um modelo de empoderamento interativo no qual o indivíduo estabelece um objetivo voltado para o aumento do poder, toma medidas e faz progressos em direção ao mesmo, sua base de avaliação é sua própria auto eficácia. Para manter a motivação e participação no programa é preciso criar objetivos secundários que serão mais rapidamente alcançados e que, somados, resultarão no objetivo final. Considerando o conhecimento prévio, habilidades e também os recursos disponíveis para as meninas; os objetivos secundários devem ser constantemente revisados e reformulados, se necessário. Pesquisas nessa área encontraram bons resultados relacionados ao bem-estar de mulheres (Cattaneo e Goodman, 2015). Segundo Couto (2017) o empoderamento se dá por meio da conscientização e superação de contextos, normas e regras impostas pelo sistema patriarcal, para tanto, são necessárias condições que permitam a liberdade de mulheres. Dessa forma, as mulheres agem por meio do contracontrole (comportamentos que buscam prevenir, limitar ou eliminar consequências aversivas) do sistema capitalista e patriarcal. (Skinner, 1974; Sá, 2016)

Intervenção com meninas

Por compreender a vulnerabilidade de meninas e mulheres para serem vítimas de violência, o presente trabalho parte-se da premissa que intervenções precoces para refletir sobre o ser mulher na nossa sociedade, o desenvolvimento de repertório de habilidades sociais e resolução de problemas e conscientização sobre seus direitos, são formas de prevenir a violência,

atual

ou

futura.

Além disso, a literatura aponta que a intervenção em grupo pode fortalecer o desenvolvimento de atitudes e habilidades, além de ser um espaço acolhedor que propicia atitudes de respeito, empatia, desenvolvimento de habilidades sociais, troca de experiências e promoção de saúde. (Lutzker,2006). Destaca-se a importância do desenvolvimento de habilidades que promovam autocuidado, as quais podem refletir no aumento do poder de decisão e negociação da adolescente, praticando atitudes saudáveis no que se refere a sexualidade, por exemplo. (Ministério da Saúde, 2008). É importante ressaltar que a promoção de saúde é um instrumento para promoção de justiça social. (Kenny & Hage, 2009)

No estudo de Habizang, Hatzenberg, Corte, Stroehrer e Koller (2008) participaram 10 meninas que foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar, todas na faixa etária de 9 a 13 anos. Os resultados mostram que a intervenção foi eficaz em reconstruir crenças e comportamentos, assim como, criar melhores repertórios para lidar com emoções, promovendo melhoras na qualidade de vida das participantes. O modelo de intervenção que foi utilizado pelas autoras é uma adaptação do modelo de Habizang e Caminha (2004). Na primeira etapa da pesquisa foram realizados três encontros individuais para avaliar as meninas e conhecer a história de abuso, os fatores de risco e proteção e possíveis sintomas psicopatológicos (ansiedade, depressão, TEPT). Durante as 20 sessões as participantes realizaram atividades que buscavam reorganizar pensamentos, emoções e comportamentos inadequados relacionados as suas vivências, do mesmo modo reduzir os sintomas e aprimorar o repertório para autoproteção (psicoeducação, manejo de estresse e prevenção à recaída). O modelo utilizado reduziu sintomas de depressão, ansiedade e TEPT e aumentou o desempenho escolar. Baseada em estudos, a intervenção deve buscar fortalecer as características pessoais das meninas, apresentar alternativas de apoio e aumentar a rede de apoio das mesmas. (Antoni e Koller, 2001)

Outro estudo, realizado por Murta et al (2013) que contou com a participação de 60 (sessenta) adolescentes buscou avaliar os efeitos de uma intervenção preventiva voltada ao enfrentamento às crenças sexistas e violência no namoro, assim como, promoção de habilidades de vida. O grupo experimental debateu as seguintes temáticas: gênero, direitos e habilidades de vida, em sete sessões em grupo. As autoras encontraram diminuição das crenças sexistas e homofóbicas, aumento da intenção de negociação nos relacionamentos e redução da

conformação à vitimização. Após cinco meses, ao aplicarem o follow up, ainda pode-se observar o uso de habilidades interpessoais e de vida.

OBJETIVO

Planejar e implementar uma intervenção em grupo para meninas visando o empoderamento das mesmas. Posteriormente, avaliar seus efeitos no que se refere a direitos, concepções de gênero, repertório de habilidades sociais, autoestima, noções de sexualidade e autocuidado, assim como planejamento e expectativas de futuro.

MÉTODO

O projeto foi dividido em duas etapas, a primeira contou com um projeto piloto no qual participaram 11 meninas durante 9 sessões semanais de 1 hora a 1 hora e 30 minutos. A segunda etapa ocorreu com um grupo experimental formado por 6 meninas com 6 sessões semanais com duração de 1 hora a 1 hora e 30 minutos. Todas as participantes estavam na faixa etária entre 10 e 12 anos e participavam de um programa de contraturno em uma cidade no interior do estado de São Paulo. No programa as meninas participavam de atividades de reflexão com diferentes temáticas, de atividades artísticas, desportivas, de informática, música, entre outros.

Local

Uma instituição não governamental fundada em 1984, reconhecida de utilidade pública municipal, estadual e federal, cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A instituição atende 120 crianças de 6 a 15 anos de idade em dois períodos no contra turno escolar.

Grupo Piloto

Participantes

A partir do critério de inclusão foram convidadas onze meninas que participavam do programa e estavam dentro da faixa etária, das onze, nove quiseram participar.

Procedimentos

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos. Após a aprovação, a pesquisadora entrou em contato com a instituição para recrutar as

participantes. Foi realizada uma palestra com os pais/cuidadores das meninas para explicar o objetivo da atividade e o envolvimento das participantes no projeto, deixando claro que a participação seria voluntária, os dados mantidos em sigilo e que as meninas poderiam interromper sua participação a qualquer momento sem prejuízos para ela ou para a família. Os pais que não compareceram à palestra receberam uma carta entregue por meio do diretor do projeto ou das possíveis participantes. Após autorização dos responsáveis, a pesquisadora realizou uma roda de conversa com as meninas na qual apresentou o projeto e as convidou para participar foram assinados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo 1) e o Termo de Assentimento (Anexo 2).

Depois de todos os procedimentos éticos, foram realizadas entrevistas individuais (Anexo 3), além disso, as 11 (onze) participantes responderam aos seguintes instrumentos: Escala de Autoestima de Rosenberg (1965), SMHSC (Del Prette & Del Prette, 2005) e Critério Brasil (2015).

Após o pré-teste iniciou-se a intervenção, foram realizadas 9 sessões com frequência semanal com duração de uma hora a uma hora e trinta minutos (Tabela 1). Foram utilizados um gravador para gravar o áudio. Todas as sessões foram iniciadas com dinâmicas baseadas no livro *Psicologia das Relações Interpessoais: Vivências para o Trabalho em Grupo* (Del Prette & Del Prette, 2001).

Ao término da intervenção o grupo foi reavaliado por meio dos instrumentos utilizados no pré-teste, acima citados.

Instrumentos

- Entrevista individual semi-estruturada elaborada pela autora com base em estudos da literatura (Antoni & Koller, 2000; Habigzang et al, 2006; Cattaneo & Goodman, 2015; Murta et al, 2013) buscando preencher as lacunas que não seriam avaliadas com os instrumentos que serão utilizados. A entrevista é composta por 36 questões que abrangem as temáticas: Geral (Características familiares: Número de Membros, Gênero e Idade; Frequência Escolar e Participação em Programas de Contraturno Escolar), Questões de Gênero, Sexualidade, Exposição à Violência, Uso e abuso de substâncias, Expectativas de Futuro e Demandas referentes a intervenção.

- Critério Brasil (ABEP, 2015) - um estimador padronizado da capacidade de consumo dos domicílios brasileiros de modo a verificar a classificação socioeconômica das participantes. Composto por 12 questões relativas aos itens de conforto, uma questão sobre o tipo de saneamento básico, uma sobre a pavimentação da rua do domicílio e uma questão sobre o grau de instrução do principal provedor da família.
- Escala de autoestima de Rosenberg (1965) - A escala é formada por 10 afirmações a serem respondidas por meio de uma escala de 1 a 4, na qual 1 corresponde a "Concordo Totalmente" e 4 a "Discordo Totalmente".
- Sistema Multimídia de Habilidades Sociais de Crianças (SMHSC) (Del Prette & Del Prette, 2005)

Grupo Experimental

Participantes

A partir do critério de inclusão foram convidadas oito meninas que participavam do programa e estavam dentro da faixa etária, das oito, seis quiseram participar. Havia oito meninas dessa faixa etária no projeto, todas foram convidadas, no entanto, duas não tiveram interesse em participar.

Instrumentos

- Critério Brasil (ABEP, 2015) - um estimador padronizado da capacidade de consumo dos domicílios brasileiros de modo a verificar a classificação socioeconômica das participantes. Composto por 12 questões relativas aos itens de conforto, uma questão sobre o tipo de saneamento básico, uma sobre a pavimentação da rua do domicílio e uma questão sobre o grau de instrução do principal provedor da família.
- Escala de autoestima de Rosenberg (1965) - A escala é formada por 10 afirmações a serem respondidas por meio de uma escala de 1 a 4, na qual 1 corresponde a "Concordo Totalmente" e 4 a "Discordo Totalmente".
- Sistema Multimídia de Habilidades Sociais de Crianças (SMHSC) (Del Prette & Del Prette, 2005).

Tabela 1. Descrição das atividades propostas para a intervenção com o grupo piloto

Sessão	Tema	Objetivo
Sessão 1	<p>Apresentação</p> <p>Habilidades Sociais (Sim e Não, Assertividade).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer regras do grupo (sigilo, presença, respeito entre participantes, comportamento durante sessão). • Compreender comportamentos agressivos, passivos e assertivos. • Compreender consequências para aquele que se comporta e aquele que recebe as respostas agressivas, passivas e assertivas. • Treino de Assertividade • Compreender a importância de dizer Sim e Não nas situações adequadas •
Sessão 2	<p>Habilidades Sociais (Civildade e Vínculos Sociais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar cumprimentos e locuções como, "por favor", "obrigada", "desculpe", "com licença" • Fazer e aceitar elogios • Aguardar para falar quando necessário • Fazer e responder perguntas de maneira assertiva
Sessão 3	<p>Habilidades sociais (Sentimentos e emoções)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e nomear emoções próprias e dos outros • Falar sobre emoções e sentimentos • Expressar emoções • Lidar com os próprios sentimentos, emoções e humor.

		<ul style="list-style-type: none"> • Lidar com sentimentos negativos (vergonha, culpa, medo, etc.) • Tolerar frustrações • Mostrar espírito esportivo
Sessão 4	Auto - Estima	<ul style="list-style-type: none"> • Criar repertório para manutenção de autoestima • Modificar questões relacionadas ao auto conceito e auto imagem
Sessão 5	Auto Cuidado (Uso e abuso de substâncias psicoativas e saúde Mental)	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir Uso e Abuso de substâncias • Informar sobre técnicas de Redução de Danos
Sessão 6	Gênero	<ul style="list-style-type: none"> • Debater questões de gênero • Debater paradigmas mantidos culturalmente (sua origem e consequências) • Modificar crenças misóginas sobre papéis de gênero
Sessão 7	Prevenção à violência no namoro	<ul style="list-style-type: none"> • Debater relações saudáveis • Temática LGBT
Sessão 8	Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir contágio de ISTs • Informar sobre métodos contraceptivos • Debate relações sexuais e afetivas

		saudáveis
Sessão 9	Expectativas de Futuro e Encerramento	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de metas (estudo, trabalho, etc.). • Aplicação dos instrumentos

Tabela 2. Descrição das atividades propostas para a intervenção com o grupo experimental

Sessão	Tema	Objetivo
Sessão 1	Assertividade	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender comportamentos agressivos, passivos e assertivos. • Compreender consequências para aquele que se comporta e aquele que recebe as respostas agressivas, passivas e assertivas. • Treino de Assertividade
Sessão 2	Expressividade Emocional	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e nomear emoções próprias e dos outros • Falar sobre emoções e sentimentos • Expressar emoções • Lidar com os próprios sentimentos, emoções e humor. • Lidar com sentimentos negativos (vergonha, culpa, medo, etc.) • Tolerar frustrações
Sessão 3	Empatia	<ul style="list-style-type: none"> • Observar, prestar atenção e ouvir. • Demonstrar interesse e preocupação pelo outro

		<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer/inferir sentimentos pelo outro • Compreender a situação (assumir perspectiva) • Demonstrar respeito às diferenças • Expressar compreensão pelo sentimento ou experiência • Oferecer ajuda • Compartilhar
Sessão 4	Solução de Problemas	<ul style="list-style-type: none"> • Pensar antes de tomar decisões • Aprender assumir a responsabilidade pelo problema • Reconhecer as possibilidades de solução considerando as capacidades
Sessão 5	Direitos sexuais e reprodutivos	<ul style="list-style-type: none"> • Informar-se sobre os direitos sexuais • Reconhecer alternativas e prevenção à violência no namoro

Análise dos dados

Os dados obtidos com os instrumentos foram analisados de acordo com as instruções disponíveis. Os dados qualitativos foram extraídos por meio da análise de conteúdo dos áudios das sessões. A comparação entre os grupos será realizada a partir das diferenças nas análises do discurso conforme a aplicação da intervenção.

Resultados

Grupo piloto

No grupo piloto crenças referentes às questões de gênero foram apresentadas por quatro das onze meninas, setenta por cento relataram baixo conhecimento quanto à sexualidade (métodos contraceptivos e prevenção de ISTs), cinco das onze participantes obtiveram média inferior à média para a idade na Escala de Auto Estima. Ao fim da intervenção não houve mudanças significativas nos índices da autoestima, as meninas demonstraram domínio sobre métodos contraceptivos e noções acerca de saúde mental e uso de substâncias com enfoque em redução de danos, foram percebidas mudanças comportamentais acerca das habilidades sociais.

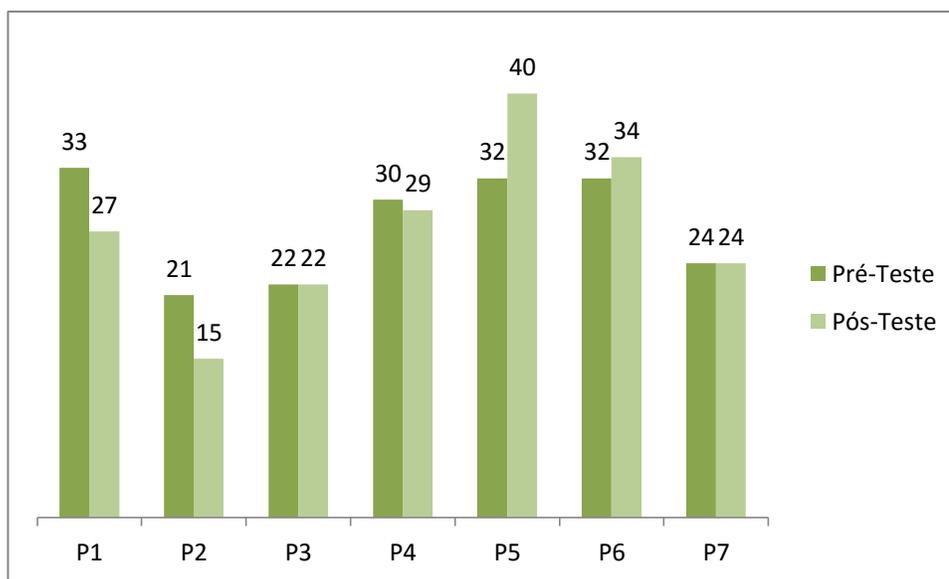


Imagem 1. Gráfico dos índices de cada participante na Escala de Autoestima de Rosenberg antes e após a intervenção

Grupo Experimental

No grupo experimental três das meninas apresentaram índice mediano na escala de autoestima e cinco acima da média, a média do grupo foi 28,25. As meninas se classificaram segundo o Critério Brasil, em sua maioria, na classe C1. Durante as sessões algumas das participantes demonstraram repertório de habilidades sociais no que se refere a expressar desagrado, propor nova brincadeira, defender-se de acusações injustas, fazer acordos, solucionar problemas, responder perguntas, criar vínculos de amizade e juntar-se ao grupo em brincadeiras. Foram observados déficits comportamentais por algumas das participantes e na maioria em pedir desculpas, oferecer ajuda, elogiar, colaborar com o grupo, mediar conflitos.

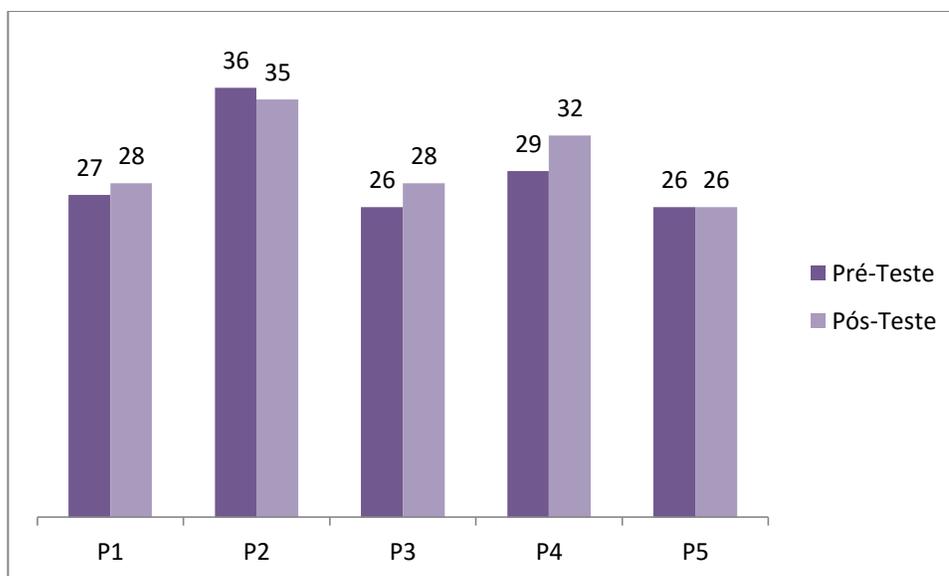


Imagem 2. Gráfico dos índices de cada participante na Escala de Autoestima de Rosenberg antes e após a intervenção

Discussão

Houve mudanças significativas entre o grupo piloto (GP) e o grupo experimental (GE), um menor número de participantes no GE permitiu maior atenção por parte da pesquisadora aos comportamentos individuais das participantes, assim como, reforçar comportamentos socialmente habilidosos. Outra mudança foi a diminuição do número de sessões, uma limitação do estudo devido ao período para a conclusão da pesquisa, assim como, enfoque nas habilidades sociais considerando o contexto na qual as participantes estavam inseridas e as demandas observadas pelos educadores do projeto, pela pesquisadora durante o grupo piloto e pela literatura no que se refere a faixa etária, nível socioeconômico e gênero das participantes. No que se refere a autoestima das participantes, é necessário ressaltar que a autoestima é um sentimento moldado durante toda a vida a partir da infância que é produto das contingências de reforçamento (Guilhardi, 2002) Nesse sentido, a mudança na autoestima depende não somente do esforço individual mas de mudanças no comportamento e nas contingências em ação, dessa forma, a intervenção foi eficaz no que se refere a mudanças em crenças sobre autoimagem, auto conceito, expectativas acerca do próprio corpo e padrões de beleza, no entanto, o escasso número de sessões e intervenções diretas acerca dessa temática são uma limitação desse estudo que interferem diretamente nos resultados. Percebeu-se mudanças de comportamento e aumento de

repertório em habilidades sociais das meninas, ainda assim, pondera-se que o repertório de habilidades sociais muitas vezes é estabelecido por meio de reforçamento e aprendizagem por modelo, nesse sentido, novamente, o escasso número de sessões pode não ser o suficiente para manter os comportamentos aprendidos. Porém, houveram mudanças significativas na interação entre as meninas, resultado esperado em intervenções em grupo, principalmente, focadas em habilidades sociais.

Uma das dificuldades do estudo foi a relação prévia das meninas, por fazerem parte da mesma turma no projeto de contra turno e algumas da mesma escola haviam amigas pré-estabelecidas, assim como, desavenças. Esse fator pode ter contribuído para o menor ou maior engajamento de algumas das participantes. Quanto ao que foi observado durante as sessões, as meninas demonstraram habilidades em seu repertório mesmo que não as utilizassem em suas interações no grupo, se comunicavam de forma agressiva, interrompiam as falas umas das outras, o que passou a ser menos presente durante o processo da intervenção.

Conclusão

Em conclusão, os resultados sugerem que a intervenção foi eficaz para o acesso a informação no que se refere aos direitos da criança e adolescente, sexuais e reprodutivos das meninas, assim como, para o debate sobre as questões de gênero. Este estudo apresentou algumas limitações, a dificuldade de realizar a intervenção semanalmente devido a compromissos das meninas e eventos externos ao estudo. Uma segunda limitação é a redução da amostra do grupo piloto para o grupo experimental, entendendo que a literatura aponta o número de dez participantes por grupo, no entanto, o menor número de participantes permitiu maior atenção aos comportamentos individuais das meninas, ainda assim, não se pode generalizar os resultados para a população geral com caracterização similar a das meninas (idade, nível socioeconômico, escolaridade). Ressalta-se a importância da promoção de intervenções que foquem no empoderamento de crianças e adolescentes, pois tal espaço permite o desenvolvimento de habilidades, conscientização e aumento de repertório comportamental. Dessa forma, a intervenção cumpriu seu propósito ao trabalhar os temas especificados, no entanto, é preciso estudos que corrijam as limitações citadas. Ademais, defende-se que a intervenção gerou bons resultados para o repertório de habilidades sociais e concepções de gênero, refletindo nos comportamentos das meninas e em suas interações no grupo.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - Critério Padrão de Classificação Econômica Brasil. Acesso em 28/09/17. Disponível em <http://www.abep.org/criterio-brasil>.
- Yazlle, M.E.H.D. (2006) Gravidez na adolescência. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 28(8), 443-445.
- Patta, M.C., & Borsatto, P.L. (2000) Características do comportamento sexual de adolescentes grávidas. In: Gir, E., Yazlle, M.E.H.D., Cassiani, S.H.B., Caliri, M.H.L. (org). *Sexualidade em temas*. Funpec.
- Gomes, N.P. et al. (2007) Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*.
- Brasil, Ministério da Saúde, Conferência Nacional de Saúde. (1998) *A violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública*. Belo Horizonte.
- Camargo, C.L. (1996) *Violência física contra crianças e adolescentes: Um recorte localizado*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- Meneghel, S.N. et al. (2000) Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, *Caderno de Saúde Pública* 16(3): 747-757.
- Antoni, C, & Koller, S.H. (2000) A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Visões de adolescentes sobre família*. 5(2), 347-381.
- Bandiera, O. et al. (2012) *Empowering adolescent girls: evidence from a randomized control trial*. Uganda. Washington, DC: World Bank.
- Cohen, J.A., Mannarino, A.P., & Rogal, S. (2001) Treatment practices for childhood posttraumatic stress disorder. *Child Abuse & Neglect*, 25, 123-135.
- Habigzang, L.F., & Caminha, R.M. (2004) *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Runyon, M.K., & Kenny, M.C. (2002) Relationship of atribucional style, depression and post trauma distress among children who suffered physical or sexual abuse. *Child Maltreatment*, 7(3), 254-264.

Sá, C. P. de. (2016). J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 52-60.

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Penguin Books

Lutzker, J.R. (2006) *Preventing Violence: Research and Evidence-based Intervention Strategies* American Psychological Association.

Kenny, M.E., & Hage, S.M. (2009) *The next frontier: prevention as an instrument of social justice*.

Heflin, A.H., & Deblinger, E. (1999) Tratamento de um adolescente sobrevivente de abuso sexual na infância. Em Reinecke, M, Dattilio, F., & Freeman, A. (Orgs.), *Terapia cognitiva com crianças e adolescentes: manual para a prática clínica*.

Minayo, M.C.S. (2005) *Violência: um problema para a saúde dos brasileiros*. In: Brasil, Ministério da Saúde.

Briere, J., & Elliott, D.M. (2003) Prevalence and psychological sequelae of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. *Child Abuse & Neglect*,

CEPIA (2013). *Violência Contra a Mulher e Acesso à Justiça*. Estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais.

Sarnquist, C. et al. (2014) Rape prevention through empowerment of adolescent girls. *Pediatrics*.

De Antoni, C., Mesquista, J., & Koller, S.H. (1998) Perfil de meninas maltratadas: Levantamento de dados em uma casa de passagem. *Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento*, *Anais do II Congresso Psicologia do Desenvolvimento* (p. 46). Gramado.

Farinatti, F.A. (1997) A criança maltratada. Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia, 7, 8694.

Masterson, S. & Owen, S. (2006) Mental health service user's social and individual empowerment: using theories of power to elucidate far-reaching strategies. Journal of Mental Health. 15 (1) 19–34.

Oliveira, M. S., & Flores, R. Z. (1999) Violência contra crianças e adolescentes na Grande Porto Alegre. Parte A: Apenas boas intenções não bastam. In Amencar (Org.), Violência doméstica (pp. 71-86). Brasília: UNICEF.

Azevedo, G.N.A. et al. (2000) A trajetória das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: fatores de risco e proteção. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Berenstein, I. (1998) Família e doença mental. São Paulo: Escuta, 1988

Szymanski, H. (1997) Teorias e “teorias” de famílias. In M. C. B. Carvalho (Org.), A família contemporânea em debate (pp. 23-27). São Paulo: EDUC.

Erikson, E. (1976) Identidade, juventude e crise (2º edição). Rio de Janeiro: Zahra.

Habigzang, L.F., et al. (2006) Grupoterapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: descrição de um modelo de intervenção. Psicologia Clínica, 18(2), 163-182.

Lori, M. et al. (2015) Prevention of violence against women and girls: lessons from practice.

Fergus, L. (2012) Prevention of violence against women and girls. Bangkok, UN Women/ESCAP/UNDP/UNICEF/WHO.

Rutter, M. (1987) Psychosocial resilience and protective mechanisms. Journal of Orthopsychiatry, 57, 316-331.

Garmezy, N. (1996) Reflections and commentary on risk, resilience and developmental. Em R. Haggerty, L. Sherrod, N. Garmezy & M. Rutter (Orgs.), Stress, risk, and resilience. In children and adolescents (pp. 1-15). New York: Cambridge University Press.

Antoni, C., & Koller, S.H. (2001) O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(1), 14-29.

Pesce, R.P. et al. (2004) Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília , v. 20, n. 2, p. 135-143.

Cattaneo, L. B., & Goodman, L. A. (2015) What Is Empowerment Anyway? A Model for Domestic Violence Practice, Research, and Evaluation *Psychology of Violence* Vol. 5, No. 1, 84–89.

Brasil. (2017) Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Datafolha.

ONU Mulheres. (2014) Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação das Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero (Femicídio/Feminicídio).

Vieira, L.J.E.S. et al. (2008) Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. *Saude soc.*, São Paulo , v. 17, n. 3, p. 113-125.

ONU Mulheres, Brasil. (2016) Diretrizes nacionais: Femicídio. Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.

Giffin, K. (1994) Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro v. 10, supl. 1, p. S146-S155.

D’Affonseca, S. M et al. (2010) Projeto Parceria: O ensino de habilidades parentais a mães com histórico de violência conjugal. In: L. C. A. Williams; J. M. Maia & K. A. Rios. *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção*.

Williams, L. C. A., Santini, P. M., & D’Affonseca, S. M. (2012) A mothering skills program for women with a history of domestic violence: An analysis of mother-child interaction. In H. Dubowitz (Ed.), *World perspectives on child abuse* (10th ed., pp. 134–136). Istanbul: International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect-ISPACAN.

Santini, P. M.. Efeitos de procedimentos para maxi-mizar bem-estar e competência parental em mulheres vitimizadas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos. 2011

Pereira, P.C.; D’Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2012) A Feasibility Pilot Intervention Program to Teach Parenting Skills to Mothers of Poly-Victimized Children. *Journal of Family Violence*.

Avanci, J.Q.; Pinto, L.W. & Assis, S.G. (2017) Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida.

Narvaz, M.G.& Koller, S.H. (2006) Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre , v. 18, n. 1, p. 49-55, Apr.

Botton, A. et al. (2015) Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando fam.*, Porto Alegre , v. 19, n. 2, p. 43-56, dez. 2015

Silva, L.R.G. (2011) Sexualidade e orientação sexual na formação de professores: uma análise da política educacional. Curitiba: CRV.

Murta, S.G. et al. (2013) Prevenção à violência no namoro e promoção de habilidades de vida em adolescentes. *Psicol. USP*, São Paulo , v. 24, n. 2, p. 263-288.

Feliciano, I.P., Afonso, R.M. (2012) Estudo sobre a auto-estima em adolescentes dos 12 aos 17 anos. *Psic., Saúde & Doenças*, Lisboa , v. 13, n. 2, p. 252-265.

Quiles, M. J., & Espada, J. P. (2009) Educar para a auto-estima: Propostas para a escola e para o tempo livre.

Romano, A., Negreiros, J., & Martins, T. (2007) Contributos para a validação da Escala de Auto-Estima de Rosenberg numa amostra de Adolescentes da região Interior Norte do País. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 8, 109-116.

Robins, R. W. et al. (2002) Global Self-Esteem Across the Life Span.

Anexo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a),

A presente pesquisa, intitulada Empoderamento de meninas para defesa dos direitos e da equidade de gênero: Intervenção em Grupo, objetiva averiguar a eficácia de uma intervenção em grupo com meninas, visando o empoderamento, conscientização e aumento de habilidades das mesmas. A pesquisa está sendo desenvolvida como parte do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Vitória da Silva Augusti, do Curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca. Espera-se que o trabalho contribua para o desenvolvimento de novas pesquisas e intervenções visando o empoderamento e a manutenção do direitos das meninas e mulheres. Sua contribuição consiste em permitir a participação de sua filha na pesquisa, considerando a entrevista individual e a presença nos encontros em grupo semanalmente. Estima-se que a entrevista durará cerca de uma hora e os grupos cerca de uma hora e meia, a ocorrer uma vez por semana.

Os dados obtidos serão apresentados em eventos científicos e publicações em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome, assim como informações que possam identificá-la de alguma forma, será mantido em sigilo. Embora outros participantes de pesquisas semelhantes relatem sentirem-se bem em compartilhar algumas informações, a participante poderá se sentir desconfortável com algum item a ser respondido ou tema a ser debatido em grupo, tendo o total direito de desistir ou não responder, não sendo obrigada a continuar a pesquisa, sem nenhum prejuízo.

Esclarecemos que sua contribuição é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso

decida não permitir a participação na pesquisa, ou resolva a qualquer momento encerrar a participação, a participante ou o(a) senhor(a) não sofrerá nenhum dano. As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

_____Assinat
ura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

São Carlos ____de ____de _____



Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Vitória da Silva Augusti: (19) 9 8321-0170 ou para o Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos. Endereço:

Rodovia Washington Luiz, Km.235- Caixa postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos- SP- Brasil. Fone: (16) 33518110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar

TERMO DE ASSENTIMENTO

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado(a) Participante,

Estamos realizando uma pesquisa que se chama Empoderamento de meninas para defesa dos direitos e da equidade de gênero: Intervenção em Grupo para verificar a eficácia de uma intervenção em grupo com meninas, visando o empoderamento, conscientização e aumento de habilidades. Essa intervenção é parte do trabalho de monografia que eu, Vitória da Silva Augusti, preciso realizar para conseguir terminar o Curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos. Minha professora que me acompanha nesse processo é a Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca. Espera-se que com a sua ajuda participando do grupo, possamos avaliar o quanto os grupos auxiliaram no desenvolvimento de novas habilidades e permitiram alcançar nossos resultados esperados. Você só vai precisar responder algumas perguntas inicialmente e ao fim do nosso último encontro, e participar dos nossos encontros que ocorrerão uma vez por semana. Estimamos que nossos encontros não vão durar mais que uma hora e meia, ok?

Depois do último dos nossos encontros nós vamos ler as respostas de todas as meninas e ver o que tem em comum entre elas para apresentar para outros profissionais em congressos ou em textos de revistas científicas nacionais e/ou internacionais, mas sempre tomando o cuidado de não citar o seu nome ou da sua família.

Embora outras meninas que participaram de pesquisas semelhantes relatem sentirem-se bem em compartilhar algumas informações, você poderá se sentir desconfortável com algum item a ser respondido ou algum tema trabalhados nos encontros, por isso você tem o total direito de desistir ou não participar, não sendo obrigada a continuar a pesquisa, sem nenhum prejuízo a você.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela

pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

_____Assinatura
do(a) pesquisador(a)

Eu aceito participar da pesquisa, que tem o objetivo averiguar a eficácia de uma intervenção voltado ao empoderamento, conscientização e aumento de repertórios de meninas baseado em temas considerados relevantes na literatura. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir sem que nada me aconteça.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais e/ou responsáveis. Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima. Estou ciente que meu pai e/ou responsável receberá uma via deste documento.

São Carlos, ____ de _____ de _____



Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante (menor de idade)

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora Vitória da Silva Augusti, telefone: (19) 98321-0170 ou com o Comitê da Universidade Federal de São Carlos. Endereço:

Rodovia Washington Luiz, Km.235- Caixa postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos- SP- Brasil. Fone: (16) 33518110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Anexo 3

GERAL

- 1) Com quem você mora? Quais as idades?
- 2) Frequenta escola?
- 3) Frequenta algum programa? Qual? Quais as atividades?

QUESTÕES DE GÊNERO

- 1) Você sabe o que é gênero?
- 2) Você acha que existem diferenças entre meninos e meninas? Quais?
- 3) Você acha que os meninos são melhores que as meninas em algum sentido?
- 4) Você acha que as meninas são melhores que os meninos em algum sentido?
- 5) Você acha que algumas roupas podem dizer algo sobre uma menina ou mulher? Explique.

SEXUALIDADE

- 1) Você sabe o que são métodos contraceptivos/métodos para evitar gravidez?
- 2) Você sabe o que são infecções sexualmente transmissíveis (ISTs)/doenças sexualmente transmissíveis (DSTs)? Explique.
- 3) Se sim, você sabe como prevenir o contágio de DSTs/ISTs?
- 4) Você já menstruou?
- 5) Você já foi ao ginecologista? Quantas vezes?

USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

- 1) Você já experimentou alguma substância (alcoól, maconha, cocaína, lança perfume, etc.)?
- 2) Você faz uso de alguma substância (alcool, maconha, cigarro, etc.)? Com que frequência?

EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA

- 1) Em perguntas referentes aos pais, utilizar a depender do responsável pela criança ou pessoa com a qual ela mora.
- 2) Você faz bastante bagunça?
- 3) Quando você faz algo que seus pais/responsáveis não gostam, o que eles fazem?
- 4) Eles já gritaram com você?
- 5) Você já apanhou?
- 6) Quando você precisa de ajuda, com quem você fala?
- 7) Quando você tem algo legal para contar, com quem você fala?
- 8) E quando algo ruim acontece, com quem você fala?
- 9) Quando você está triste, seus pais percebem?
- 10) As pessoas que moram na sua casa xingam/falam palavrões? Quem? Já te xingaram?
- 11) Quando você e seus pais estão em casa, o que vocês fazem?

12) Vocês conversam? Sobre o que?

13) Vocês costumam se abraçar e demonstrar carinho? Quando? Como é?

14) Seus pais brigam? Eles gritam um com o outro? Eles já se empurraram ou se bateram?

15) Quando seus irmãos/suas irmãs fazem coisas que seus pais não gostam, o que eles fazem?

16) Você briga com seus irmãos/irmãs? Eles já gritaram com você, já te bateram?

17) Como é seu pai? (Citar bravo, calmo, engraçado, carinhoso, etc)

18) Como é sua mãe? (Citar braco, calmo, engraçado, etc.)

EXPECTATIVAS DE FUTURO

1) O que você pensa em fazer quando crescer?

2) O que você acha que precisa fazer para alcançar esse objetivo?

DEMANDAS

1) Sobre quais assuntos você gostaria de conversar nos nossos encontros?